

Impresso
Especial

9912290136/2012-DR/PR
IPARDES

...CORREIOS...

IPARDES
40
a n o s

Análise Conjuntural

IPARDES

ISSN 0102-0374

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.35, n.5-6, maio/junho 2013

sumário

- 3 IDAS E VINDAS DA REFORMA DO ICMS
Gilmar Mendes Lourenço
- 6 A VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO E O BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO
Francisco José Gouveia de Castro
- 9 ENDIVIDAMENTO FAMILIAR, INFLAÇÃO E VENDAS
Guilherme Amorim
- 12 DESEMPENHO DO SETOR AUTOMOTIVO NO PARANÁ EM 2013
Ana Sílvia Martins Franco
- 14 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 16 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO (*Editor*)

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

PATRÍCIA ADRIANA OSTAPECHEN KRÜGER (*Economista*)

CASSIANO CORRÊA DE OLIVEIRA (*Estagiário de Economia*)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

CLAUDIA ORTIZ (*revisão de texto*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

MARIA ROSA DAVIN (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

Decorridos alguns meses de intensas e complexas negociações acerca da introdução de modificações em um dos pilares do arcabouço tributário brasileiro, contidas em proposta encaminhada pelo governo federal ao Congresso Nacional, soa razoável supor a obtenção de uma solução que desfiguraria o conteúdo original e agravaria o problema que se desejava equacionar, não fosse o vencimento do prazo de votação da MP 599, em 3 de junho de 2013.

O alvo das transformações reside na incidência interestadual do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita dos estados e do País, que corresponde a 20% do total, seguido pelo Imposto de Renda (IR), este sob a batuta da União, responsável por 18% da arrecadação. Enquanto o IR possui incidência direta, o ICMS encontra-se embutido no preço das mercadorias e serviços, podendo atingir quase 30% do valor de comercialização.

O ICMS também engloba uma apreciável anomalia federativa, estando sujeito a 27 legislações e a dezenas de regimes especiais – com diferimento do recolhimento, às vezes, por decênios –, configurando a verdadeira âncora da guerra fiscal travada entre os estados brasileiros, na caça de investimentos para os seus territórios, e precipitando reações e contestações daqueles entes federados que vêm perdendo atividades ou sendo preteridos por novos empreendedores.

Esse emaranhado de preceitos, contrários à lógica econômica e à própria Carta Magna de 1988, vem sendo seguidamente rechaçado pela corte do Supremo Tribunal Federal (STF) que, inclusive, pode vir a anular o conjunto de manobras pretéritas relacionadas ao ICMS – desprovidas de anuência do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ), assento dos secretários estaduais de fazenda –, por meio da publicação da chamada súmula vinculante, com efeitos amplos e imediatos. A partir dela, as novas infrações e demandas dos elementos subnacionais estarão sujeitas ao despacho de cada ministro, ficando livres do julgamento do mérito.

A busca de escape deste provável apagão legal levou o executivo a reencaminhar o conhecido “projeto do ICMS” para tramitação no legislativo em novembro de 2012, centrado na pronunciada e gradual redução das alíquotas, dos atuais 7% e 12%, dependendo do espaço geográfico, para uma unicidade nacional de 4% de retenção no estado de origem das mercadorias, que seria alcançada entre 2014 e 2021.

Com isso, o governo mirava, ao mesmo tempo, a eliminação dos distúrbios normativos subjacentes ao recolhimento do tributo – arrefecendo seu poder de caça de atividades produtivas, sobretudo industriais –, a recuperação de uma das pernas da eficiência e da competitividade sistêmica do País e a minimização das desigualdades regionais de geração de emprego e renda, através do uso de fundos federais para incitar o desenvolvimento das áreas mais carentes. Haveria ainda um fundo de compensação dos prejuízos que alguns estados teriam com o conjunto de modificações.

O dispositivo sofreu adequações com a Medida Provisória 599, cujo prazo expirou em 03 de junho de 2013, conforme já mencionado, que alargou o tempo para o alcance da alíquota de 4% para 2025 e fixou um teto de 7% para os estados emergentes (regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Ainda assim, União e parcela dos parlamentares e governadores consideraram a proposta suficiente para assegurar a simplificação do aparato de arrecadação e sufocar os sintomas das disputas amparadas em renúncias parciais ou plenas do referido tributo.

Faltou definir a forma de validação e ajuste da passada e atual barafunda de benesses concedidas que, em vez de receber a simples convalidação por 20 anos, como defendia a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, deveria experimentar contração, em linha com a queda do ICMS interestadual.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

No entanto, a arrogante postura de descaso assumida pelo governo federal, no trato das reformas estruturais com os membros do Congresso, aliada à flagrante ausência de articulação da abrangente base política da gestão Dilma naquela casa, favorecida pela escassa capacidade de convencimento e agregação, por parte das lideranças, vem resultando na multiplicação de episódios e decisões contrárias aos interesses da nação.

No transcorrer das discussões e acordos, as instâncias políticas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais o estado do Espírito Santo, insistiram na instituição da alíquota diferenciada de 7%. Como critério geral para a maioria dos produtos comercializados entre os estados, a incidência de 4% entraria em vigor a partir de 2016, para o Sul e Sudeste, e depois de 2020, para as demais regiões.

Apesar da posição contrária das unidades do Sul e Sudeste, a proposição foi aprovada na CAE, devendo representar, na prática, a multiplicação de créditos de ICMS para as empresas que produzem nos espaços geográficos menos desenvolvidos contra aqueles considerados avançados.

A CAE também determinou o estabelecimento de uma alíquota de 12% para os produtos procedentes da Zona Franca de Manaus e de nove zonas de livre comércio da região Norte, e para o gás natural, procedente da Bolívia e que apenas transita por Mato Grosso do Sul. Houve ainda a extensão da incidência da alíquota de 7%, válida para bens industriais e agropecuários, às transações realizadas pelos segmentos de comércio e prestação de serviços das áreas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste com os outros centros geográficos.

Em caso de aprovação, pelo plenário do Congresso, do conjunto de modificações, pareceria lícito admitir o delineamento de um processo de migração de negócios para as regiões beneficiadas, o que provocaria a acentuação da desindustrialização em curso no eixo dinâmico da economia brasileira, sediado no Sudeste e Sul, motivada pelo encolhimento da fronteira internacional e do mercado doméstico para as organizações fabris do País, por conta da perda de capacidade competitiva para a produção estrangeira.

Para piorar, outro componente da reforma do ICMS que estaria em apreciação no legislativo seria o Projeto de Lei 238, que prevê a alteração dos preceitos de deliberação dos incentivos fiscais pelo Confaz. Em vez de decisão por unanimidade dos membros, bastaria um quórum de 3/5 dos representantes, o que, por certo, representaria um expediente que contribuiria para a preservação de elevadas e assimétricas alíquotas que propiciam o aprofundamento da guerra fiscal.

O episódio do ICMS confirma a gradativa fragilização dos ambientes institucionais de encaminhamento, discussão, interlocução e negociação dos temas federativos no Brasil.

No fundo, o episódio do ICMS serve para confirmar a gradativa fragilização dos ambientes institucionais de encaminhamento, discussão, interlocução e negociação dos temas federativos no Brasil, agudizada pelas omissões ou confusões emanadas do governo central que, no que se refere aos tributos, tem manifestado clara preferência pelas desonerações pontuais, destinadas a segmentos escolhidos, de eficácia reconhecidamente reduzida e ferindo o princípio básico da isonomia competitiva.

Entre os assuntos tratados de maneira atabalhoada cumpre destacar a redistribuição dos *royalties* do petróleo, incluindo a partilha do pré-sal (que foi desembocar no STF), a alteração do indexador das dívidas estaduais e municipais reescaladas com a União e a proibição constitucional de criação de despesas sem a designação prévia da origem dos recursos.

No caso dos passivos, a proposição que lamentavelmente teima em não prosperar corresponde à troca do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas (FGV) – com enorme peso dos itens no atacado, bastante sensíveis aos choques de oferta internacionais e às oscilações cambiais –, pelo índice de preços ao consumidor amplo (IPCA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que reflete fundamentalmente as variações de preços acontecidas no varejo, as quais influenciam o poder de compra dos consumidores e, por extensão, a receita de ICMS dos estados.

Igualmente confusa tem sido a tramitação da emenda constitucional que trata do ICMS eletrônico e da contemporânea constituição e rateio dos haveres do fundo de participação dos estados (FPE) e municípios (FPM) – cujas normas de repartição foram julgadas inconstitucionais pelo STF, no começo de 2010, e deveriam ser revistas até dezembro de 2012, tendo sido prorrogadas até 23 de junho de 2013 –, incorporando a arrecadação da contribuição para o financiamento da seguridade social (COFINS) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).

Com respeito ao FPE, a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram, em 26 de junho de 2013, um projeto de lei complementar, que preservou os atuais procedimentos de rateio até 2015. A partir de então, haverá correção dos valores transferidos no ano anterior pela variação do índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) do referido exercício, acrescida de 75% do incremento do PIB de dois anos antes. Caso o montante a ser distribuído suplante as cifras resultantes da aplicação da regra, o adicional será rateado pela combinação entre população e inverso da renda domiciliar *per capita*. Frise-se que das emendas aprovadas pela Câmara, o Senado manteve a que define o desconto das desonerações do IPI apenas da parcela da receita do IPI do governo federal, preservando o bolo de recursos do FPE.

A VOLATILIDADE DA TAXA DE CÂMBIO E O BALANÇO DE PAGAMENTOS BRASILEIRO

Francisco José Gouveia de Castro*

O Federal Reserve Bank (FED), banco central dos Estados Unidos, em nota emitida após a reunião do Comitê de Mercado Aberto, estabeleceu um cronograma indicativo para o fim da terceira versão do *quantitative easing* (QE3), sinalizando o encerramento dos estímulos monetários. Até o final do ano, segundo o relatório, haverá redução nas compras mensais de US\$ 85 bilhões em títulos do Tesouro e dos papéis lastreados em hipotecas, e até a metade de 2014 o programa deverá ser extinto. A política expansionista, que busca facilitar o acesso ao crédito, estimulando a economia e deixando o dólar enfraquecido, teve início em setembro de 2012. Contudo, diante das projeções de queda do desemprego nos EUA, que deverá se situar entre 6,5% e 7% em 2014, expectativa de recuperação do mercado imobiliário e aumento da confiança do consumidor, o FED sinaliza para um novo ciclo de alta das taxas de juros naquele país.

No fim de 2010, quando os EUA deram início à segunda rodada do afrouxamento monetário (QE2), as economias emergentes enfrentaram dificuldades em lidar com os intensos ingressos que o acompanharam. Após três anos, com as expectativas decorrentes da melhora da economia americana, as moedas dos países emergentes começam a desvalorizar. Naquele momento, muitos países em desenvolvimento se beneficiaram desse ingresso de capital, uma vez que suas economias estavam menos endividadas, e os investimentos em empresas, infraestrutura e em seus mercados de capitais respaldavam seu crescimento.

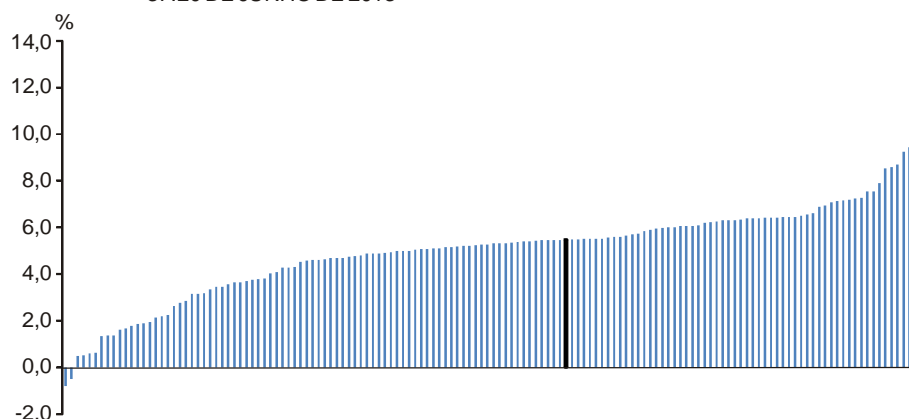
Tal vaticínio, acoplado ao temor de uma crise de liquidez na China e à revisão de crescimento do PIB chinês pelo Goldman Sachs neste ano, de 7,8% para 7,4%, deflagrou uma onda de migração de recursos de mercados mais arriscados rumo ao dólar e aos papéis do tesouro americano, com forte predominância de saída de recursos tanto da renda fixa quanto das bolsas dos países emergentes. Aliás, segundo estudos divulgados pelo Royal Bank of Scotland (RBS), os fundos de renda fixa desses mercados perderam US\$ 2,6 bilhões (foram sacados US\$ 1,3 bilhão que estavam em títulos emergentes emitidos em moeda forte e US\$ 951 milhões alocados em fundos com papéis em moedas estrangeiras), na semana encerrada em 19 de junho de 2013. Em ações, a saída contabilizou US\$ 3,4 bilhões.

No Brasil, o Ibovespa recuou, ficando abaixo de 46 mil pontos e o dólar atingiu R\$ 2,22, patamares não registrados desde 2009. Cabe destacar que o risco de venda generalizada de ativos por um tempo prolongado é mais alto no Brasil do que nos demais países emergentes. Segundo dados do Banco Central do Brasil (BC), em um grupo de 142 moedas – incluindo o dólar e já excluídas as moedas cuja cotação é fixada à moeda norte-americana – 140 apresentaram ascendência em reais no período de 3 a 20 de junho de 2013, ocorrendo depreciação frente à moeda brasileira apenas nos casos do dólar australiano e da rúpia do Nepal (gráfico 1).

O real, neste cenário, tende a um grau maior de volatilidade e desvalorização, já que, em termos nominais, a moeda brasileira perdeu 5,5% em relação ao dólar americano, entre 3 e 20 de junho de 2013 (gráfico 2). De fato, a cotação média de junho foi de R\$ 2,137, alcançando o maior patamar desde 1.º de abril de 2009. A alta não foi maior porque o BC interveio, e, para evitar um *overshooting* da taxa de câmbio, a autoridade monetária vendeu US\$ 2,986 bilhões por meio de contratos de *swap* cambial. Além disso, o BC ofertou US\$ 3 bilhões em venda de dólares com compromisso de recompra para os prazos de 2 de setembro e 1.º de outubro. Cabe destacar que o BC vem atuando no mercado de câmbio vendendo US\$ 13 bilhões em *swaps* cambiais desde o fim de maio.

* Economista, Coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

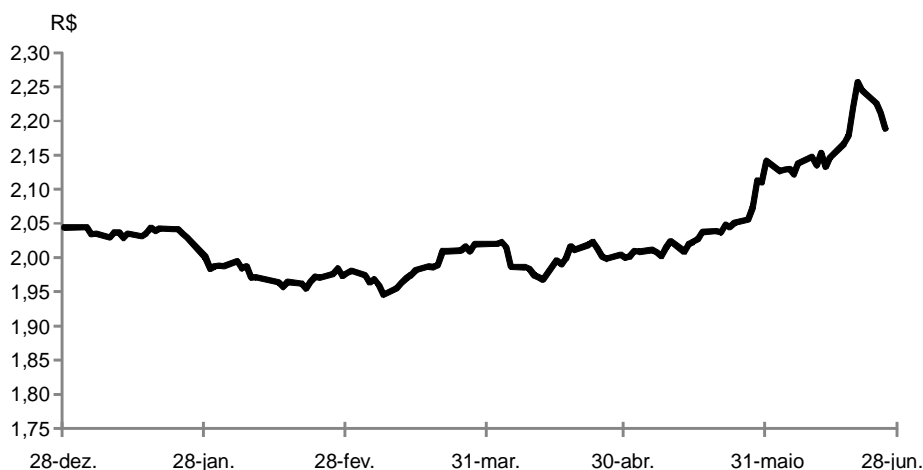
GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO NOMINAL DA COTAÇÃO EM REAIS DE 142 MOEDAS - PERÍODO DE 3 A 20 DE JUNHO DE 2013



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL

NOTA: Dólar americano representado na coluna escura.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO DA COTAÇÃO DO DÓLAR COMERCIAL - 28 DEZEMBRO 2012 - 28 JUNHO DE 2013



FONTE: Banco Central do Brasil

Diante disso, a procura por *hedge* pelas empresas para proteger seus passivos tem contribuído para a alta da cotação no mercado futuro. As empresas passaram de uma posição líquida vendida em dólar de US\$ 605,4 milhões, no final de maio, para uma posição líquida comprada de US\$ 552,1 milhões em meados de junho. Já os fundos de investimento aumentaram a posição líquida comprada de US\$ 18,47 bilhões no período, ao mesmo tempo em que os estrangeiros vêm reduzindo a posição vendida de dólar, que estava em US\$ 4,1 bilhões.

Não obstante, a equipe econômica do governo brasileiro já vinha adotando medidas como a elevação dos juros e a atração de capitais externos com a eliminação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidentes na renda fixa. Ademais, no que tange à elevação da taxa de juros, o aumento da Selic em 0,5 pontos percentuais, estabelecido na última reunião do Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central, sinaliza a continuidade do aperto monetário em detrimento das pressões inflacionárias, que já está no teto da meta de 6,5%.

Os reflexos das iniciativas do governo federal acopladas à conjuntura econômica internacional colaboraram para os resultados pífios do balanço de pagamentos brasileiro que, segundo dados divulgados pelo BC, antes das previsões dos investidores acerca do anúncio do FED, registrou superávit de apenas US\$ 7,6 bilhões no acumulado dos primeiros cinco meses de 2013, ante os US\$ 21,1 bilhões alcançados no mesmo período do ano anterior. Essa deterioração observada não é temporária, uma vez que a piora do saldo na conta corrente soma-se ao baixo desempenho da conta capital e financeira (tabela 1).

TABELA 1 - BALANÇO DE PAGAMENTOS - BRASIL - JAN-MAIO 2012/JAN-MAIO 2013

CONTA	VALOR (US\$ milhão)	
	Jan.-Maio 2012	Jan.-Maio 2013
Transações correntes	-20 851	-39 592
Balança comercial (FOB)	6 262	-5 392
Exportações	97 861	93 290
Importações	91 598	98 682
Serviços	-16 243	-18 944
Rendas	-12 007	-16 528
Transferências unilaterais correntes (líquido)	1 137	1 273
Conta capital e financeira	41 387	46 233
Conta capital	744	509
Conta financeira	40 643	45 723
Investimento direto (líquido)	30 025	27 139
Investimentos em carteira	1 133	11 452
Ativos	-5 209	-3 586
Ações	-1 222	-440
Títulos de renda fixa	-3 987	-3 147
Passivos	6 342	15 039
Ações	2 750	9 631
Títulos de renda fixa	3 592	5 408
Derivativos	41	79
Outros investimentos ⁽¹⁾	9 443	7 052
Erros e omissões	615	958
Resultado global do balanço	21 151	7 599

FONTE: Banco Central do Brasil

(1) Registra créditos comerciais, empréstimos, moeda e depósitos, e outros ativos e passivos.

As transações correntes registraram um déficit histórico de US\$ 39,6 bilhões, resultado da baixa *performance* da balança comercial, que contabilizou déficit de US\$ 5,4 bilhões, de janeiro a maio, ante superávit de US\$ 6,3 bilhões, em igual período de 2012. A conta de serviços, que inclui as viagens internacionais, foi negativa em US\$ 18,9 bilhões, e as remessas de lucros e dividendos agravaram o déficit em US\$ 3,7 bilhões.

No lado da conta capital e financeira, os investimentos externos diretos (IED) totalizaram US\$ 22,9 bilhões no acumulado de janeiro a maio de 2013, ante US\$ 23,9 bilhões no mesmo período de 2012. Todavia, como a conta corrente está negativa em US\$ 39,6 bilhões no acumulado do ano, o IED financia apenas 57,8% das necessidades de financiamento externo. Concomitantemente a isso, cabe destacar que há entradas líquidas pelas demais rubricas da conta de capital, porém que não contribuiram para compensar a estagnação do IED.

O fato é que o déficit em conta corrente, que já atingiu 4,18% do PIB, tende a ser afetado pela depreciação real da moeda, que está atrelada ao retorno da inflação, o que exige uma desvalorização nominal ainda maior, no curto prazo. Apesar de a remoção do IOF sobre derivativos reduzir os custos das transações e diminuir as distorções de preços entre o mercado interno e externo, ela deve ter um efeito limitado no mercado à vista.

As contas externas refletem a vulnerabilidade da política econômica, em especial o estímulo ao consumo. A estratégia de crescimento pela via do consumo interno, baseado no avanço acelerado da conta corrente financiada, com sobras de dólares suficientes para cobrir as necessidades internas e, ainda, para elevar as reservas cambiais, parece são ser efetiva. Isso não é reflexo apenas dos movimentos da política monetária dos EUA e do prolongamento da crise europeia, mas também da manutenção de políticas domésticas equivocadas, que vilipendiaram as condições de poupança e investimento.

Além disso, a intervenção do estado na economia e a adoção de política fiscal expansionista com desonerações a setores selecionados, uma vez que para o governo central os gastos fiscais são sempre virtuosos, refletem na confiança do empresário e do investidor estrangeiro, acabando por reduzir a atratividade de projetos que poderiam ser realizados no país.

O endividamento das famílias com o sistema financeiro alcançou patamar inédito em março de 2013, de acordo com informações do Banco Central. As obrigações contratadas representavam 43,99% do rendimento doméstico acumulado nos últimos doze meses (13,52% ligado a créditos imobiliários), e o serviço da dívida – soma de amortização e juros – comprometia 21,66% da renda mensal. No período de um ano, o índice de endividamento cresceu 1,62%.

A inadimplência de pessoas físicas, contudo, mantém trajetória declinante desde maio do ano passado. Essa tendência é parcialmente explicada pela expansão da massa de rendimento real habitual dos ocupados. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, esta registrou variação de 1,5% nos doze meses terminados em maio do ano corrente.

Esperar-se-ia que tais indicadores convergissem para um vigoroso desempenho do comércio varejista, visto que parcela do endividamento foi destinada ao consumo. Porém, os resultados da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) referentes a abril delineiam um quadro mais complexo. Nacionalmente, a comparação com o volume de vendas percebido no mesmo mês de 2012 mostra que houve elevação de 1,59% na quantidade de produtos negociados. Todas as atividades alcançaram resultados positivos – com uma flagrante exceção. A contração de 5,43% no volume de vendas do setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, disseminada através das doze unidades da Federação em que os índices setoriais estão disponíveis, sinaliza que a intenção de consumo foi arrefecida.

Uma vez que o feriado de Páscoa foi celebrado na primeira semana de abril em 2012 e no último final de semana de março no ano corrente, a base de comparação mostra-se desequilibrada. No entanto, o cotejo entre o volume de vendas dos primeiros quadrimestres de 2012 e 2013 (tabela 1), suprimindo o efeito calendário, mostra que o *quantum* comercializado pelo setor apresentou crescimento nulo – variação de 0,1%.

TABELA 1 - VARIAÇÃO NO VOLUME E RECEITA DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - 1.º QUADRIMESTRE 2012-2013

ATIVIDADE	VOLUME (%)	RECEITA (%)
Combustíveis e lubrificantes	4,96	9,29
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,01	11,89
Hipermercados e supermercados	-0,03	11,50
Tecidos, vestuário e calçados	5,64	10,90
Móveis e eletrodomésticos	3,32	4,19
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	9,24	14,26
Livros, jornais, revistas e papelaria	6,52	11,34
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,96	1,60
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	10,67	16,51

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio

Indício claro da causa da retração nesse ramo de atividade, que possui peso preponderante na pesquisa, pode ser percebido através da variação de sua receita. Apesar da estagnação no volume de vendas, estas cresceram 11,89%. A inflação, principalmente a de alimentos e serviços, minou a renda real das famílias. Preços de alimentos, produtos *in natura* em particular, são naturalmente voláteis e tendem a bruscas elevações, movidas por choques de oferta – mais comumente gerados por condições climáticas adversas. A estiagem que atingiu com força e difusão dramaticamente inusuais o Nordeste neste ano exemplifica esse efeito.

Outros elementos contribuíram para provocar inflação de alimentos: elevação de custos de frete e aumento dos salários ao longo das cadeias de produção e distribuição. A expansão dos custos de transporte foi causada pela combinação entre implantação de legislação que disciplina a jornada dos caminhoneiros e ajuste no preço no *diesel*. Esse

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

aumento foi rapidamente transmitido aos preços no varejo, que mudaram de patamar e ainda têm indefinido prazo para acomodação. As altas cotações internacionais de trigo (e as restrições impostas pela exportação de sua farinha pela Argentina), bem como a decepcionante safra doméstica de arroz e o quadro de instabilidade cambial são problemas de curto prazo observados nesse *front*.

Os bancos são legalmente obrigados a direcionar 34% dos depósitos à vista para o crédito agrícola. No final de junho, o Conselho Monetário Nacional (CMN) reponderou essa exigibilidade, de forma a incentivar o crédito a culturas que tiveram problemas de oferta, percebidos através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA): batata, cebola, feijão, mandioca, tomate, legumes e verduras. A produção desses gêneros usualmente recebe pequena proporção do crédito direcionado. O CMN também elevou em R\$ 1 milhão o limite de crédito passível de contratação por agricultores.

Os efeitos da inflação sobre o comércio podem ser notados através da correspondência de grupos, subgrupos, itens e subitens do IPCA às categorias da PMC (tabela 2). Essa correlação, estabelecida na metodologia da PMC, torna mais nítido o desempenho setorial do comércio ante o comportamento da inflação. No exame do ramo Produtos alimentícios, bebidas e fumo, todas as categorias do IPCA – à exceção de carnes – apontam inflação superior ao índice geral (2,50%). Sobressaem-se os aumentos relacionados à alimentação em domicílio (6,74%), fumo (11,14%), frutas (11,35%), hortaliças e verduras (24,71%) e tubérculos, raízes e legumes (63,79%).

TABELA 2 - INFLAÇÃO ACUMULADA DAS ATIVIDADES DA PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO (IPCA) - JAN-ABR 2013

ATIVIDADES DA PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO	IPCA		
	Item	Inflação (%)	
Combustíveis e lubrificantes	Combustíveis (veículos)	4,67	
	Óleo lubrificante	0,18	
Hipermercados e supermercados	Alimentação no domicílio	6,74	
	Cuidados pessoais	2,81	
	Artigos de limpeza	3,82	
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	Alimentação no domicílio	6,74	
	Fumo	11,14	
	Leites e derivados	5,10	
	Panificados	5,46	
	Doces	4,11	
	Carnes	-2,39	
	Pescados	6,05	
	Bebidas e infusões	2,92	
	Tubérculos, raízes e legumes	63,79	
	Hortaliças e verduras	24,71	
	Frutas	11,35	
	Tecidos, vestuário e calçados	Tecidos e armarinho	0,73
		Roupas	0,52
Calçados e acessórios		1,00	
Móveis e eletrodomésticos	Aparelhos eletroeletrônicos	1,76	
	Instrumento musical	2,02	
	Utensílios e enfeites	2,16	
	CD e DVD	4,18	
	Fotografia e filmagem	-1,50	
	Mobiliário	3,20	
	Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	Produtos farmacêuticos	3,13
Higiene pessoal		2,81	
Artigos ortopédicos		0,35	
Livros, jornais, revistas e papelaria	Livro	3,35	
	Jornal diário	0,40	
	Revista	1,18	
	Papelaria	3,58	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	Microcomputador	3,60	
	Aparelho telefônico	-2,98	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	Açúcares e derivados	-2,56	
	Biscoito	5,98	
	Utensílios e enfeites	2,16	
	Cama, mesa e banho	2,06	
	Aparelhos eletroeletrônicos	1,76	
	Roupas	0,52	
	Calçados e acessórios	1,00	
	Cuidados pessoais	2,81	
	Produtos óticos	1,72	
	Joia	6,68	
	Relógio de pulso	7,30	

FONTES: IBGE - Pesquisa Mensal de Comércio; IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Na medida em que a alta de preços atinge produtos de pequena elasticidade de demanda (alimentos, medicamentos, combustíveis, por exemplo), há a tradicional tendência, por parte dos consumidores, de manter o padrão de consumo através da tomada de crédito. Dessa forma, é natural que o saldo total da carteira de cartão de crédito a pessoas físicas, em abril, tenha sido 11,22% superior ao do mesmo mês do ano passado. Evidência positiva para a higidez do sistema é apresentada através da proporção do rotativo sobre o saldo total dessa modalidade: em abril de 2012, representava 23,21%; um ano depois, 20,71%. Em valores nominais, houve, inclusive, discreta queda do volume do rotativo, de 0,73%.

O presente cenário da tomada de crédito mostra que o endividamento para consumo perdeu fôlego. Há um movimento de troca de dívidas, em que a contratação de linhas com juros menores – primordialmente consignadas – é utilizada para quitar compromissos assumidos com linhas mais custosas, principalmente aquelas de fácil acesso, como as de cartão de crédito e cheque especial. Essa última apresentava, em abril, taxa média de 136,8% ao ano, enquanto as linhas consignadas tinham média de 24,3%. Outro sinal desse processo reside no fato de que, em fevereiro, o saldo dos empréstimos consignados tornou-se, pela primeira vez, maior que o daqueles voltados à aquisição de veículos. Nos doze meses terminados em abril, o volume de recursos aprovado em consignados variou 20,8%, enquanto aquele destinado à compra de veículos encolheu 5,9%.

O equilíbrio dos orçamentos domésticos, principalmente em domicílios que dispõem a maior parte da renda em bens-salário, dependerá – no curto e médio prazo – por um lado, da combinação de reequacionamento das dívidas e, por outro, da inflação de preços administrados e de alimentos. A expansão do endividamento associada à inflação tende a desarmar, ao menos temporariamente, um modelo de crescimento amparado no consumo familiar. Sem menosprezo à cultura de poupança antecipada incutida na cultura de consumo nacional, a familiarização da população com instrumentos de crédito e a pressão pelo pagamento de dívidas de longo prazo (imóveis e veículos) propendem a ciclos de dispêndio menos exuberantes.

DESEMPENHO DO SETOR AUTOMOTIVO NO PARANÁ EM 2013

Ana Sílvia Martins Franco*

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a Pesquisa Industrial Anual (PIA) de 2011, apontando a predominância do setor automotivo do Paraná como o principal segmento da estrutura industrial. Segundo a pesquisa, a fabricação de veículos automotores representou 21% do valor da transformação industrial (VTI) da indústria de transformação do Estado. O parque automotivo do Paraná assumiu o posto de segundo maior polo do Brasil, com 15,5% do VTI nacional do segmento.

A produção fabril paranaense do ramo, que a exemplo do Brasil encerrou 2012 em queda – -16,2% e -13,6%, respectivamente, segundo o IBGE –, mostrou recuperação em 2013 e encerrou o mês de abril com crescimento acumulado de 9,8% (tabela 1). Contudo, o setor vem apresentando encolhimento no resultado acumulado no ano, acompanhando a trajetória nacional.

TABELA 1 - VARIAÇÃO ACUMULADA DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - BRASIL E PARANÁ - JANEIRO-ABRIL 2013

PERÍODO	VARIAÇÃO ACUMULADA (%)	
	Brasil	Paraná
Janeiro	39,4	61,4
Fevereiro	22,0	14,2
Março	12,0	4,4
Abril	15,2	9,8

FONTE: IBGE

NOTA: Variação acumulada em relação a igual período de 2012.

A indústria automotiva do Paraná, entre os meses de janeiro e abril deste ano, registrou crescimento oriundo principalmente da produção de caminhões e caminhão-tractor para reboque e semirreboque. Todavia, cabe mencionar que o resultado deste período foi influenciado pela baixa base de comparação em 2012, quando o setor apresentou taxas negativas (-10,4% no acumulado de janeiro a abril), devido às paralisações, por conta da concessão de férias coletivas.

As empresas, de maneira geral, beneficiadas pela prorrogação da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) no início de 2013, acabaram aproveitando os incentivos da desoneração fiscal para desovar seus estoques em detrimento do aumento da produção. Outro fator que contribuiu para o crescimento reduzido do setor no Paraná foi a paralisação da Renault, principal montadora do Estado, nos meses de janeiro e fevereiro, para obras de ampliação de seu parque fabril. A montadora investiu R\$ 500 milhões, parte integrante do plano total de R\$ 1,5 bilhão de aportes que serão aplicados entre 2010 e 2015, incentivados pelo Programa Paraná Competitivo.

A conjugação entre esses fatores e o encolhimento da demanda externa, em razão principalmente da crise europeia, também refletiu no resultado acumulado em doze meses, encerrados em abril de 2013, do ramo automotivo paranaense, que apresentou retração de -11%, ainda acompanhando o ritmo nacional, que reduziu -3,8%.

Já as vendas acumuladas de veículos, motocicletas, partes e peças no Estado cresceram 16,8% de janeiro a abril, de acordo com as estatísticas do IBGE, impulsionadas especialmente pela renda gerada pelo agronegócio, em virtude da supersafra de grãos, combinada com o vigor do mercado de trabalho regional, especialmente no interior do Estado. Esse descompasso verificado entre o aumento das vendas do setor automotivo e o menor crescimento da sua produção física, no acumulado do ano, é, em parte, explicado pela concorrência dos veículos importados no mercado nacional. O Paraná, da mesma forma que o Brasil, foi deficitário nas trocas comerciais de veículos (importou mais automóveis do que exportou) entre os meses de janeiro e abril de 2013.

* Economista, técnica da equipe permanente desta publicação.

Existe perspectiva de maior incremento na produção de veículos no Paraná, por conta dos investimentos realizados pela Renault e também pelo início das operações da holandesa DAF na fabricação de caminhões em Ponta Grossa, que deve iniciar atividades em outubro deste ano. A DAF, cuja fábrica encontra-se em fase final de construção, vislumbra atender 10% do mercado nacional de caminhões pesados.

Atualmente, o Brasil possui um acordo automotivo com a Argentina, que regula o comércio de veículos e autopeças entre os dois países, visando equilibrar as trocas comerciais do segmento, por meio de quotas. Neste pacto, o Brasil possui um coeficiente de desvio das exportações de 1,95 e a Argentina de 2,5; ou seja, para cada dólar importado em produtos automotivos da Argentina, o Brasil tem o direito de exportar US\$ 1,95 com isenção da tarifa de importação. No caso da Argentina, para cada dólar comprado em produtos brasileiros, pode vender US\$ 2,50 sem a cobrança da tarifa.

O acordo encerra no final de junho de 2013, dando lugar, a partir de 1.º de julho, ao acordo de livre comércio entre as duas nações. As alíquotas de importação para o excedente da quota comercializada serão zeradas e não haverá cobrança de tarifas. Contudo, a liberdade comercial irá durar poucos dias, pois a pedido do governo argentino, as regras atuais deverão ser prorrogadas por mais 18 meses. Os países ainda não concluíram as negociações para a renovação do acordo, que deve ser definido até o dia 12 de julho.

A Argentina tem feito algumas exigências ao governo brasileiro, entre elas, a definição de um limite de exportação e importação por montadora, o que, segundo especialistas, engessaria as empresas nacionais, além de ser difícil de cumprir. Outra solicitação seria de o Brasil estimular as empresas a transferir parte do processo produtivo para o território argentino. Dado que o País detém o controle das operações da indústria automobilística, a instalação de fábricas no país vizinho tornaria mais fácil alcançar escala e competitividade.

Como a Argentina possui elevado grau de dependência em relação ao Brasil, no ramo automobilístico, e é deficitária no intercâmbio de autopeças, o livre comércio favorece ainda mais a indústria automotiva brasileira. Todavia, a renovação do acordo, vital para a indústria argentina, representa para o Brasil um entrave na abertura de mercados mais promissores.

AGROINDÚSTRIA

Copacol e Coagru investem R\$ 135 milhões em Ubiratã

Foi construído em Ubiratã, região centro-ocidental paranaense, frigorífico que abaterá 80 mil aves diariamente. Batizado como Unitá, o empreendimento é produto da associação das cooperativas Coagru, de Ubiratã, e Copacol, sediada em Cafelândia (região Oeste do Estado).

No início do próximo ano, a expectativa é de que o abate cresça para 180 mil aves diariamente – quantidade a ser expandida para 350 mil em 2017. Foram alocados R\$ 135 milhões no complexo.

COOPERATIVAS se unem e inauguram frigorífico em Ubiratã. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 11 jun. 2013. p.17.

INDÚSTRIA

Dunlop entrará em funcionamento em outubro

Controlada pela companhia de capital japonês Sumitomo, a indústria de pneus Dunlop iniciará suas operações no mês de outubro. Implantada no município de Fazenda Rio Grande, Região Metropolitana de Curitiba, a unidade terá capacidade inicial de produção diária de 2 mil unidades. Planeja-se que esse volume de fabricação se expanda, em 2016, para 15 mil unidades por dia.

Estima-se que a planta tenha demandado da Sumitomo investimento de R\$ 560 milhões.

FAVRETTO, Viviane. Sumitomo confirma para outubro fábrica da Dunlop. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 04 maio 2013. p.22.

Plexbond é vendida para H. B. Fuller

A indústria de adesivos Plexbond Química, instalada na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), foi vendida para a companhia estadunidense H. B. Fuller, fabricante de embalagens e produtos de higiene. No ano de 2012, a Plexbond registrou faturamento estimado em US\$ 20 milhões. O valor da transferência de propriedade não foi divulgado.

RIOS, Cristina. Americana H. B. Fuller compra empresa de Curitiba. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 22 maio 2013. p.23.

Schwan expandirá capacidade de produção

A multinacional alemã Schwan Cosmetics, há dez anos instalada no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, planeja investir R\$ 5 milhões na expansão de sua produção de lapiseiras para maquiagem de olhos. Anualmente, essa fábrica processa 40 milhões de unidades de artigos de maquiagem (delineadores, gloss, lápis para olhos e boca e máscara para olhos). A Schwan produz material cosmético para outras marcas e é a principal fabricante global de lápis cosmético. A empresa tem faturamento anual estimado em R\$ 100 milhões no Brasil, e sua expectativa é de que esse número cresça 10% em 2013. Os lápis são importados da unidade da companhia na República Tcheca e decorados no complexo local.

Fundada em 1855, a Schwan-Stabilo conta com uma divisão de produtos cosméticos desde 1927. Na década de 1970, a empresa tornou-se conhecida por criar canetas marca-texto.

RIOS, Cristina. Schwan cresce incógnita no mercado de beleza brasileiro. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 05 jun. 2013. Economia, p.2.

* Elaborado com informações disponíveis de 1.º/05/2013 a 30/06/2013.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Instalação da Coquepar em Araucária depende de aprovação de acionistas

A decisão sobre a instalação de unidade industrial da Companhia de Coque Calcinado de Petróleo (Coquepar) em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) deve ser tomada nos próximos meses por seus controladores, Petrobras e Unimetal. Os planos da empresa preveem a implantação de uma unidade capaz de processar 370 mil toneladas de coque calcinado por ano, a partir de matéria-prima (coque verde, subproduto do petróleo) suprida pela Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). O coque calcinado é utilizado por produtores de alumínio.

Avaliação preliminar estimou que a iniciativa demandaria investimento de R\$ 500 milhões. As instalações devem ocupar 46 mil metros quadrados do complexo da Repar. O projeto prevê, também, a construção de uma usina termelétrica alimentada pela combustão do coque, capaz de gerar 10 megawatts.

JASPER, Fernando. Projeto da Coquepar, em Araucária, entra na reta final. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 16 jun. 2013. Economia, p.5.

Norske Skog vende fábrica de Jaguariaíva

A única fábrica de papel jornal do Brasil, localizada em Jaguariaíva (região centro-oriental paranaense), foi vendida pela empresa de capital norueguês Norske Skog. O controle de 51% da unidade industrial foi negociado por US\$ 41,3 milhões com a Papeles Bio Bio, companhia chilena. O acordo prevê que os restantes 49% de participação sejam adquiridos pela Papeles Bio Bio nos próximos dois anos.

A planta de Jaguariaíva é capaz de produzir, anualmente, 170 mil toneladas de papel jornal e supre 30% da demanda nacional, sendo complementada por importações. No ano passado, a mesma companhia comprou a fábrica da Norske Skog no Chile.

JASPER, Fernando. Norske Skog vende fábrica a chilenos. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 18 jun. 2013. p.19.

DAF produzirá caminhões a partir de outubro

Instalada em Ponta Grossa, região centro-oriental paranaense, a fábrica de caminhões DAF/Paccar planeja começar suas operações em outubro deste ano. Os veículos serão produzidos com marca holandesa DAF, controlada pela Paccar, indústria de capital estadunidense.

Estima-se que a planta seja capaz de montar, anualmente, dez mil veículos. Investiu-se aproximadamente US\$ 320 milhões no complexo. Uma das fornecedoras da DAF/Paccar, a fabricante de autopeças CCS, manifestou intenção de implantar unidade de produção em Palmeira, município limítrofe a Ponta Grossa.

SILVA, Maria Gizele. DAF quer iniciar produção em outubro. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 20 jun. 2013. p.17.

Tecpar fabricará anticancerígeno em Maringá

A partir de 2016, o laboratório do Instituto Tecnológico do Paraná (Tecpar) produzirá o medicamento genérico Bevacizumabe, em associação com o laboratório russo Biocad. A droga é utilizada no tratamento de diversos tipos de câncer.

O governo do Paraná e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) arcarão com o investimento, avaliado em R\$ 100 milhões. A produção satisfará, prioritariamente, a demanda nacional – estimada em 250 mil frascos anuais. Há a expectativa, contudo, de que a unidade gere excedentes exportáveis do medicamento.

SALVATICO, Tatiane. País poupará R\$ 67 milhões ao ano com remédio feito no PR. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 21 jun. 2013. p.21.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012 ⁽¹⁾	1 233	1 906	1 546	35 089	178 009	5 073	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	110	261	2 373	33 135	175 279	5 290	27 405	728 756	26 592

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012 ⁽¹⁾	66 749	90 555	1 357	652 041	49 840 398	76 438	51 112	160 211	3 135
2013 ⁽¹⁾	65 673	102 427	1 560	660 194	50 416 165	76 366	55 000	209 901	3 816

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2013

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	169 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012 ⁽¹⁾	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	179 607	4 062 906	22 621
2013 ⁽¹⁾	464 634	707 916	1 524	71 163	161 931	2 275	162 986	3 693 145	22 659

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 018 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012 ⁽¹⁾	3 012 357	16 456 287	5 463	4 460 455	10 942 669	2 453	776 518	2 124 127	2 735
2013 ⁽¹⁾	3 044 283	18 060 602	5 933	4 755 488	15 921 479	3 348	914 354	2 681 719	2 933

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2013

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Agosto	249 963	21 460	62 635
1998	854 517	236 358	193 435	Setembro	241 461	21 183	61 548
1999	957 237	198 873	229 466	Outubro	244 781	24 829	53 044
2000	1 041 412	181 113	235 315	Novembro	245 610	25 796	52 868
2001	1 121 828	197 985	263 451	Dezembro	253 704	28 070	55 340
2002	1 235 681	219 350	333 951	2012 ⁽¹⁾	3 033 270	314 986	682 118
2003	1 344 398	219 774	359 139	Janeiro	249 459	21 202	53 588
2004	1 557 656	276 808	340 645	Fevereiro	237 860	20 894	52 105
2005	1 788 481	308 947	367 765	Março	267 575	21 204	59 047
2006	1 856 538	316 897	390 394	Abril	240 526	22 690	51 005
2007	2 057 318	295 010	437 152	Maior	278 161	25 691	58 869
2008	2 480 908	279 609	454 340	Junho	238 902	24 911	55 936
2009	2 489 061	282 220	509 156	Julho	247 789	27 815	62 449
2010	2 725 634	338 599	531 514	Agosto	265 675	30 791	63 619
2011	2 868 973	279 585	629 586	Setembro	249 489	30 053	55 058
Janeiro	228 175	21 329	45 270	Outubro	269 728	31 501	61 744
Fevereiro	227 467	20 637	45 795	Novembro	254 167	28 730	58 068
Março	248 135	23 633	51 843	Dezembro	233 939	29 503	50 631
Abril	218 169	22 487	43 411	2013	781 179	76 924	161 113
Maior	237 488	25 059	50 548	Janeiro	278 021	27 045	56 011
Junho	233 006	23 759	46 637	Fevereiro	247 143	24 175	50 085
Julho	241 015	21 342	60 648	Março	256 015	25 704	55 017

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2013

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012 ⁽¹⁾	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 083	38,10	330 174	1,86	17 709 585
Janeiro	505 985	44,82	137 019	12,14	466 352	41,31	19 497	1,73	1 128 853
Fevereiro	483 922	38,62	142 155	11,34	594 263	47,42	32 827	2,62	1 253 168
Março	725 431	49,94	138 024	9,50	563 315	38,78	25 912	1,78	1 452 683
Abril	813 746	56,05	75 665	5,21	532 918	36,71	29 385	2,02	1 451 715
Maior	1 078 955	53,42	266 792	13,21	628 788	31,13	45 217	2,24	2 019 752
Junho	742 085	48,26	163 679	10,64	609 311	39,62	22 702	1,48	1 537 777
Julho	795 870	53,32	180 331	12,08	492 178	32,97	24 339	1,63	1 492 718
Agosto	796 650	49,33	188 781	11,69	597 124	36,98	32 250	2,00	1 614 806
Setembro	633 459	45,28	191 312	13,68	552 905	39,52	21 277	1,52	1 398 952
Outubro	772 652	42,81	346 577	19,20	654 975	36,29	30 788	1,71	1 804 993
Novembro	491 302	37,62	252 074	19,30	539 292	41,29	23 402	1,79	1 306 070
Dezembro	516 650	41,39	192 210	15,40	516 661	41,40	22 578	1,81	1 248 099
2013 ⁽¹⁾	3 471 037	50,71	683 745	9,99	2 582 348	37,72	108 158	1,58	6 845 287
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maior	967 240	53,02	204 514	11,21	630 032	34,54	22 708	1,24	1 824 287

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2013

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	-1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	-292 067	55 118 920	55 850 663	-731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 760 737	20 154 548
2011	17 394 228	18 767 165	-1 372 936	256 039 575	226 240 411	29 799 164
2012 ⁽¹⁾	17 709 585	19 387 102	-1 677 517	242 579 776	223 149 130	19 430 645
Janeiro	1 128 853	1 776 026	-647 173	16 141 225	17 447 733	-1 306 507
Fevereiro	1 253 168	1 257 581	-4 412	18 027 792	16 321 798	1 705 994
Março	1 452 683	1 606 642	-153 960	20 910 732	18 891 042	2 019 691
Abril	1 451 715	1 579 781	-128 066	19 556 298	18 686 692	879 607
Mai	2 019 752	1 771 381	248 371	23 214 807	20 255 010	2 959 797
Junho	1 537 777	1 528 009	9 768	19 352 834	18 549 068	803 767
Julho	1 492 718	1 532 760	-40 042	21 003 237	18 132 999	2 870 239
Agosto	1 614 806	1 859 324	-244 519	22 380 911	19 156 324	3 224 587
Setembro	1 398 952	1 491 218	-92 266	19 998 383	17 445 679	2 552 704
Outubro	1 804 993	1 668 366	136 626	21 763 368	20 104 128	1 659 240
Novembro	1 306 070	1 879 475	-573 405	20 471 896	20 659 147	-187 252
Dezembro	1 248 099	1 436 538	-188 439	19 748 291	17 499 511	2 248 780
2013 ⁽¹⁾	6 845 287	7 773 198	-927 911	93 290 091	98 682 140	-5 392 049
Janeiro	968 298	1 460 473	-492 175	15 966 728	20 006 982	-4 040 254
Fevereiro	1 084 617	1 270 420	-185 803	15 549 465	16 827 588	-1 278 123
Março	1 386 712	1 694 850	-308 138	19 320 426	19 158 864	161 561
Abril	1 581 166	1 722 933	-141 768	20 631 053	21 625 076	-994 023
Mai	1 824 494	1 624 522	199 973	21 822 420	21 063 629	758 791

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2013

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12	Fev./12
Combustíveis e lubrificantes	91,72	94,09	110,19	117,46	121,97	119,36	99,75	102,36	104,67	103,54	104,07	100,00	108,01	93,99	97,13
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,90	77,08	72,65	70,22	78,27	72,79	77,22	82,30	85,45	89,23	94,33	100,00	110,22	113,54	106,78
Hipermercados e supermercados	79,06	77,72	73,50	71,10	79,28	73,12	77,47	82,60	85,62	89,44	94,36	100,00	110,57	114,31	107,32
Tecidos, vestuário e calçados	89,69	90,65	79,79	83,26	89,41	90,21	88,90	93,49	97,72	97,10	101,79	100,00	106,22	91,20	77,57
Móveis e eletrodomésticos	37,29	35,60	35,03	37,40	48,40	54,75	59,50	66,90	73,49	73,79	85,56	100,00	107,26	124,19	97,91
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,47	45,67	48,52	51,25	58,33	71,99	85,86	100,00	120,57	107,85	101,95
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,67	70,65	68,04	70,93	80,57	88,49	102,23	100,00	96,61	154,67	131,46
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,36	11,30	17,12	21,99	43,75	69,67	95,37	100,00	92,37	78,16	71,77
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,89	47,78	55,48	60,59	71,31	79,09	91,71	100,00	120,56	106,08	88,76
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,01	62,44	62,02	62,55	69,61	68,93	70,95	75,99	81,34	85,59	93,47	100,00	109,95	109,03	99,93
ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)														
	Mar./12	Abr./12	Mai/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13
Combustíveis e lubrificantes	108,61	99,81	108,74	105,99	112,74	118,92	116,96	120,62	110,05	102,54	110,16	107,75	102,42	116,24	114,22
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,86	108,23	103,76	103,60	106,47	107,88	105,03	106,79	110,75	136,91	113,67	122,41	106,49	122,38	103,41
Hipermercados e supermercados	113,22	108,63	103,42	103,62	106,67	108,19	105,39	106,95	111,08	137,98	114,20	122,98	107,07	123,06	103,68
Tecidos, vestuário e calçados	98,04	103,27	118,29	109,98	101,15	103,87	93,82	95,42	101,66	180,35	93,01	91,14	77,27	98,69	104,94
Móveis e eletrodomésticos	110,13	98,71	110,77	104,50	99,06	102,36	89,03	99,91	105,45	145,15	100,44	116,99	84,60	99,28	100,90
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	123,03	112,84	122,23	120,23	122,41	127,46	118,90	124,21	123,85	141,85	123,69	121,93	112,36	132,14	128,31
Livros, jornais, revistas e papelaria	107,97	83,98	90,35	83,50	90,01	93,23	82,80	53,69	53,55	134,08	115,56	144,62	116,55	94,30	106,76
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	95,72	93,79	92,65	79,37	96,50	103,96	91,47	88,38	100,83	115,85	77,85	84,51	61,29	83,99	81,59
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	105,01	112,39	117,90	113,14	112,88	114,72	106,35	125,83	127,99	215,71	112,69	121,35	95,34	123,24	110,83
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	110,25	105,48	108,19	105,50	106,90	109,66	104,13	108,08	110,16	142,10	109,59	116,31	99,59	116,22	106,25

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2013

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																				
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Indústria de transformação	74,0	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	134,4	131,6	150,3	160,9
Alimentos	73,3	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	112,8	107,9	116,8	117,4
Bebidas	58,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	122,0	126,2	140,4	141,6
Madeira	56,7	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	94,1	72,8	80,1	87,2
Celulose, papel e produtos de papel	90,8	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	133,2	132,2	139,3	140,8
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	239,7	428,7	446,0	422,8
Refino de petróleo e álcool	70,1	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	100,6	100,1	91,7	102,8
Outros produtos químicos	59,0	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	64,6	77,8	66,9	68,5
Borracha e plástico	82,6	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	123,9	122,5	129,1	134,8
Minerais não metálicos	60,8	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	120,3	123,2	129,7	133,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	141,9	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	114,3	99,1	120,5	132,8
Máquinas e equipamentos	39,6	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	161,2	143,3	178,5	171,0
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	109,8	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	132,7	118,6	130,9	149,1
Veículos automotores	60,2	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	275,0	200,0	315,2	409,4
Mobiliário	57,2	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	93,3	84,8	108,6	102,7

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																	
	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12	Abr./12	Mai./12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13
Indústria de transformação	153,1	157,3	137,6	176,4	145,6	163,8	152,3	158,7	165,9	147,2	158,2	149,6	125,1	151,8	151,3	130,1	167,4	158,3
Alimentos	119,8	90,7	96,0	114,0	113,2	136,6	125,1	137,6	142,3	130,5	132,7	117,4	101,0	107,1	97,4	102,6	107,0	121,5
Bebidas	146,6	131,2	135,3	147,7	135,6	123,5	107,4	114,5	154,2	153,1	178,4	183,4	194,7	126,6	142,1	130,5	128,1	105,8
Madeira	101,0	96,9	90,0	102,3	91,7	103,4	90,9	103,3	110,7	105,6	111,9	106,1	99,5	101,1	102,3	100,4	94,7	107,2
Celulose, papel e produtos de papel	139,4	148,0	133,5	149,4	138,6	139,2	109,0	143,7	148,0	145,0	148,8	139,5	129,7	134,8	140,1	123,2	142,0	133,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	362,0	993,1	346,3	737,3	313,7	351,9	341,2	226,2	209,5	190,6	211,9	216,3	205,4	381,9	567,2	158,9	573,1	228,5
Refino de petróleo e álcool	105,9	96,2	95,2	97,3	101,0	118,6	107,6	109,6	122,7	108,6	111,7	94,6	107,3	99,3	99,4	86,3	103,4	108,3
Outros produtos químicos	61,6	70,5	52,7	48,0	46,4	66,4	59,1	75,0	58,1	64,4	71,5	68,2	58,8	62,0	72,5	64,1	55,2	56,0
Borracha e plástico	133,8	135,3	123,2	140,2	131,6	148,0	133,4	140,1	141,6	132,1	139,1	136,6	104,0	129,2	121,4	124,2	132,8	138,2
Minerais não metálicos	129,6	119,2	128,3	133,8	119,6	133,7	122,9	132,1	140,8	134,6	134,8	132,1	123,1	131,2	115,8	128,2	137,3	143,5
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	131,8	119,6	123,3	136,6	132,0	145,7	130,4	137,3	139,2	127,0	144,7	140,6	105,8	121,1	122,8	115,1	120,6	125,9
Máquinas e equipamentos	171,9	193,8	152,8	180,1	167,8	188,2	176,0	129,3	170,6	155,3	189,7	188,9	170,7	189,1	175,5	180,3	199,2	201,4
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	147,9	115,1	134,8	163,1	124,9	151,1	178,1	148,5	153,1	138,8	152,4	159,7	155,7	200,1	203,8	205,4	259,7	131,6
Veículos automotores	343,2	174,9	315,6	421,7	350,2	375,4	366,4	437,4	437,3	333,9	363,8	349,0	192,4	346,5	282,3	277,9	391,7	433,9
Mobiliário	109,0	91,2	93,5	106,9	95,7	106,7	108,4	112,5	126,2	111,0	126,7	127,4	101,9	112,0	115,1	97,8	113,7	121,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2013

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Jan./12	Fev./12	Mar./12
Indústria geral	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	110,1	103,0	104,2	110,0	112,5	109,0	110,1	111,1
Indústrias extrativas	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	75,7	73,0	71,7	66,8	65,9	66,6	65,9	66,3
Indústria de transformação	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	110,6	103,4	104,6	110,6	113,1	109,6	110,7	111,6
Alimentos e bebidas	112,9	124,0	130,2	145,7	148,6	156,6	161,1	157,3	153,1	173,3	186,1	172,2	174,7	176,0
Fumo	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	146,7	166,2	168,7	178,6	184,7	215,1	247,7	301,6
Têxtil	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	84,6	77,5	82,9	87,5	98,3	92,7	94,6	94,8
Vestuário	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	114,2	97,2	93,1	88,4	73,2	80,6	78,4	76,0
Calçados e couro	94,2	84,9	77,5	87,4	100,3	104,4	100,2	91,5	103,1	91,9	84,0	91,1	88,6	84,8
Madeira	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	45,5	36,1	33,9	30,7	29,9	29,3	29,6	29,5
Papel e gráfica	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,0	123,3	130,7	134,6	129,7	135,5	134,5	131,2
Refino de petróleo e combustíveis	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	258,8	270,8	226,8	217,7	230,1	201,0	204,6	216,9
Produtos químicos	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	104,6	92,9	99,9	105,5	112,7	106,6	108,6	109,4
Borracha e plástico	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	92,2	83,8	79,9	80,1	78,8	78,8	78,0	80,4
Minerais não metálicos	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	134,7	130,2	128,0	131,4	140,8	136,2	140,4	142,0
Metalurgia básica	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	72,2	71,1	78,9	85,1	88,9	88,9	89,3	89,9
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	103,7	103,7	111,2	121,1	121,2	110,9	123,9	125,3
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	161,5	151,0	170,8	157,7	155,0	155,7	154,8	154,8
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	105,1	103,2	110,9	146,5	183,1	160,8	163,3	176,9
Fabricação de meios de transporte	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	150,6	141,5	149,9	168,6	174,0	171,4	170,9	174,6
Fabricação de outros produtos	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	64,7	58,4	60,0	67,8	67,5	67,5	67,4	67,7

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)													
	Abr./12	Mai/12	Jun./12	Jul./12	Ago./12	Set./12	Out./12	Nov./12	Dez./12	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	Abr./13
Indústria geral	113,5	113,7	113,8	113,6	114,2	114,2	113,4	113,1	110,2	112,5	111,1	111,7	113,1	114,0
Indústrias extrativas	65,3	66,0	64,8	64,8	64,7	65,2	66,6	67,3	66,8	66,8	67,7	67,2	66,9	65,6
Indústria de transformação	114,1	114,3	114,4	114,2	114,8	114,8	114,0	113,7	110,8	113,0	111,7	112,2	113,7	114,6
Alimentos e bebidas	187,8	188,7	191,6	192,8	193,5	194,2	191,4	191,1	179,0	184,4	179,1	178,8	188,3	191,5
Fumo	295,7	251,9	222,8	104,8	104,8	106,8	117,7	120,4	127,6	315,8	251,9	335,5	343,7	332,0
Têxtil	97,1	96,9	96,1	98,0	97,6	100,3	105,0	104,2	102,4	108,7	107,1	111,4	108,3	107,9
Vestuário	73,8	73,5	72,5	72,0	72,7	70,9	69,8	68,9	68,8	72,3	70,6	72,8	72,8	73,0
Calçados e couro	85,6	85,8	84,2	82,6	82,2	81,9	81,1	80,5	80,1	79,0	80,4	78,5	78,8	78,5
Madeira	29,4	29,5	30,0	30,4	30,6	30,4	30,4	30,2	29,6	29,2	30,1	29,4	28,7	28,6
Papel e gráfica	130,0	127,9	127,6	128,5	127,4	129,3	128,7	128,5	127,7	129,7	128,1	127,8	130,7	132,1
Refino de petróleo e combustíveis	243,7	246,6	246,0	243,4	242,4	241,1	235,8	230,4	208,9	218,7	203,0	204,9	226,5	240,4
Produtos químicos	111,3	112,8	113,9	114,6	115,2	114,4	115,0	114,9	115,3	115,6	115,3	116,1	115,0	115,9
Borracha e plástico	79,9	78,0	76,5	77,5	78,2	78,9	79,0	79,9	80,1	80,0	81,1	80,8	79,5	78,5
Minerais não metálicos	141,8	141,1	139,4	140,6	142,7	141,8	142,3	142,1	138,6	142,2	142,4	142,5	142,5	141,2
Metalurgia básica	90,7	90,1	90,7	89,9	89,7	87,9	87,8	86,5	85,7	87,8	86,7	87,4	88,4	88,6
Produtos de metal ⁽¹⁾	126,6	126,8	123,3	124,0	122,7	120,1	118,3	118,3	114,8	119,4	116,3	120,4	121,5	119,4
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	155,3	155,2	154,1	154,1	155,3	155,1	155,7	155,6	154,1	157,7	155,8	157,2	158,0	160,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	184,3	191,1	193,1	188,3	186,1	191,1	189,4	187,5	185,7	175,1	177,3	176,7	170,3	176,1
Fabricação de meios de transporte	174,0	173,6	174,3	172,3	180,5	179,9	172,2	172,9	172,0	175,1	173,5	173,6	175,8	177,4
Fabricação de outros produtos	68,2	68,6	68,0	66,4	66,1	66,4	68,1	67,8	68,0	69,6	69,9	70,2	69,4	69,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2013

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
Jan./Maio 2013	25 676	9 029	8 812	29 344	4 363	-	77 224

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2012

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 345	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011 ⁽³⁾	241 809	4,00	4 143 013	2,70
2012 ⁽³⁾	256 956	0,9	4 402 537	0,9

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IPARDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

